

João Freire:

“O pensamento anarquista (e algumas das suas práticas) e o iberismo”

Problemática

Agradeço aos organizadores o convite que me foi dirigido para participar neste colóquio. Porém, ao longo do processo de investigação bibliográfica e de fontes a que me dediquei (e até ao fim), hesitei sobre se deveria honrar este compromisso ou se não seria preferível decliná-lo.

Já verão mais em detalhe as razões desta dúvida, mas ela enuncia-se facilmente. Compreende-se que o movimento anarquista devesse ter equacionado, ao menos em termos teóricos e olhando para os seus propósitos de transformação radical da sociedade e dos sistemas políticos, a questão da subsistência ou da reconfiguração do desenho histórico dos dois Estados ibéricos. Contudo, o exame, ainda que pouco aprofundado e sem a descoberta de novas fontes, revela-se frustrante.

Assim, esta comunicação assume a forma de uma espécie de *prova negativa* quanto ao suposto iberismo dos anarquistas de finais do século XIX e até à segunda guerra mundial.

Ao acabar por trazer até vós este infeliz resultado, faço-o também porque ele permitirá talvez fazer um pouco mais de luz sobre as características – virtudes e limitações – de uma filosofia política que parece ter ficado destruída nos escombros da guerra civil de 36-39 mas sempre teima em ressurgir, não decerto como resposta aos problemas que o desenvolvimento das sociedades vai suscitando mas como questionamento a algumas das suas mais visíveis deficiências.

Dividi a minha exposição em três pontos, ao primeiro dos quais chamei:

1. A doutrina Proudhoniana e as suas aplicações empíricas

De entre o vulcão de ideias saídas da mente e da experiência pessoal do francês Proudhon destaca-se, no campo da filosofia e da economia política, o princípio do federalismo. Não o federalismo praticado pelos Estados Unidos da América

por força da sua história, extensão territorial e pragmatismo, e cujo modelo era defendido no seu tempo por um Victor Hugo como remédio aos seculares conflitos entre nações, credos e príncipes, que ensanguentavam o continente europeu. Mas um federalismo político anti-estatal que correspondesse nessa esfera à mesma ideia de *socialização* – como contrário de monopolização – que ele propunha para dissipar a riqueza capitalista acumulada pela classe dominante, enquanto a maioria dos trabalhadores e produtores úteis dos meios de vida estiolavam sob o jugo do salário, do crédito, da renda, quando não eram obrigados a emigrar para evitar sucumbir à miséria. Como se sabe, Proudhon deu a primeira formulação doutrinária reconhecida pelo que veio a ser o movimento anarquista ou libertário da centúria subsequente com esta sua crítica conjunta ao capitalismo financeiro e industrial dominante e ao sistema de governo centralizado, de base dinástica ou mesmo que já resultante de eleições, mas a que ocorria ainda apenas uma minoria da população, mais rica e instruída. Lembremos que este “despotismo governamental” dispunha então, se não a seu bel-prazer mas certamente com grande margem de liberdade, da força da lei, do aparelho de justiça, da capacidade de imprimir moeda e levantar impostos, dos corpos policiais e da força armada, contava com a compreensão das igrejas constituídas e só era contido pelo receio de conspirações ou revoltas internas e pela ambição de algum outro Estado-nação vizinho e mais poderoso.

Já em outra ocasião sustentei que a influência ideológica de Proudhon no movimento operário português foi mínima (Freire, 2009), mas não a paternidade de algumas das suas afirmações mais bombásticas (como “A propriedade é o roubo!”) e a cunhagem do próprio termo “anarquista”. Em contrapartida, a difusão do seu pensamento foi bastante mais além desse meio social: republicanos espanhóis como Joaquin Costa e Pi y Margall ou portugueses como Henriques Nogueira – e mais tarde Teófilo Braga e a plêiade de intelectuais positivistas que apostaram na via política para modernizar o país – inspiraram-se em Proudhon para propor uma organização nacional de tipo federalista que contivesse nas suas bases um municipalismo democrático e de directa legitimação popular, e se agregasse no topo com um modelo de governação aligeirado, consistindo essencialmente num congresso de delegados e num executivo dele emanado, onde nenhuma das principais unidades territoriais constituintes pudesse sobrepor-se e dominar as restantes. Não por acaso, o primeiro e único livro de Proudhon editado entre nós nesse século foi *Do Princípio de Federação*, saído em Lisboa em 1874 no âmbito da Biblioteca Democrática.

No pensamento anarquista subsequente, os contributos doutrinários e políticos dos russos Bákunine e Kropótkine vieram a deixar marcas mais profundas nas crenças dos prosélitos espalhados por diversos espaços e culturas da Europa e das Américas: o primeiro, pelo seu revolucionarismo e pelos confrontos que travou com Marx, no âmbito da Primeira Internacional (E também, desde essa época, pela primazia posta na capacidade organizativa das livres associações de

trabalhadores, sobre a qual se construiu mais tarde o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo); o segundo, mais idealista e rendido às ciências sociais nascentes (na mesma onda do também geógrafo mas mais consagrado Elisée Reclus), acreditando na espontaneidade e criatividade dos processos emancipatórios, a partir do entrosamento sociológico pré-existente nas comunidades rurais, atribuindo a sua passividade ou querelas intestinas à deletéria acção dos padres e dos grandes caciques agrários, mas cujo interconhecimento, entreatada e episódicos momentos de revolta ele julgava extensíveis a outras unidades de residência socialmente mais divididas.

Em todo o caso, no início do século XX, com o contributo organizativo do italiano Malatesta e as lições positivas tiradas dos insucessos das anteriores tácticas insurreccionais, dos tiranicídios e do bombismo, é a estratégia de participação nos sindicatos operários e a defesa da sua autonomia face aos partidos ou outras forças exteriores, bem como a aposta na acção directa da greve e na solidariedade do restante universo do trabalho, que se mostra promissora quanto à viabilidade de uma revolução social do tipo ambicionado pelos anarquistas. Observa-se, pois, uma certa integração das orientações diferenciadas dos seus mestres doutrinários – Proudhon e os dois russos – sem que, por isso, fossem propriamente rejeitadas as correntes minoritárias que persistiam no interior daquela área ideológica: por exemplo, os educacionistas, da linha de Ferrer; os individualistas à maneira de Devaldès, ou então anti-organizativos como Damiani; os naturistas anti-científicos onde pontificava Zisly; os neo-malthusianos do movimento de Drysdale e Robin; os místicos como Tolstoi; o pacifismo radical da escola de De Light; os super-liberais como Benjamin Tucker; ou o nascente feminismo de uma Emma Goldman. Com maior ou menor entusiasmo, todos aceitavam o papel de força-de-rotura trazido por um movimento operário emancipador e a ideia de uma transformação revolucionária, forçosamente violenta, mas que, acreditavam, encontraria rapidamente o caminho da justiça e da pacificação após a destruição do poder estatal e o fim da dominação económica do capital sobre o trabalho.

Era este, aproximadamente, o quadro vivido pelos militantes libertários nos primeiros anos do século XX tanto em Espanha como em Portugal, aqui sobretudo após o derrube do regime monárquico.

Mas de que maneira encaravam estes movimentos, no plano das acções concretas, o advento dessa “sociedade livre”, em particular no que dizia respeito ao referido federalismo político “anti-estatal”? Nem as declarações de princípios ou as teses de orientação votadas em congressos pelas grandes organizações sindicalistas libertárias que foram a CNT no Estado espanhol e a CGT em Portugal, nem os textos políticos publicados por alguns dos seus mais destacados tribunos nos são de especial auxílio nesta indagação. Eis alguns exemplos: em Portugal, Campos Lima publica em 1914 um texto académico onde acaba por admitir a ideia de “estado sindicalista”, que nunca se atreveu a

defender entre os seus camaradas militantes, e em 1925 edita *A Revolução em Portugal* onde, com sentido realista de análise política, sustenta que o movimento social de influência libertária e socialista devia procurar uma aliança séria com o sector republicano mais progressista para cumprir o objectivo intermédio de uma “República radical”, coisa que certamente arrepiaria os cabelos do militantismo basista da CGT. Por seu lado, a “organização social sindicalista”, aprovada oficialmente por esta central nos seus conclaves dos anos 20, descreve com detalhe a estrutura orgânica sindicalista-revolucionária e era, no limite, capaz de gerir o conjunto da produção nacional de bens, mas não contém uma só palavra sobre o funcionamento do resto da economia, nem sobre as tarefas políticas a que acudir no dia seguinte à proclamação da “dissolução do Estado”. Ao invés, Carlos Rates, um dos muitos anarquistas recém-convertidos aos métodos dos *bolcheviks* russos, avança em *A Ditadura do Proletariado*, um livrinho publicado em 1920 pela empresa editorial de ‘A Batalha’, com um rol de medidas urgentes de controlo do Estado, da economia e da sociedade a serem decretadas por um “colégio de comissários do povo”... em nome da CGT! É elucidativo o modo de difusão desta proposta, e ela foi a única que ousou encarar em termos políticos os problemas para que apontava a dinâmica de conflito social impulsionada pelos anarquistas – que, porém, em breve rejeitaram tal atrevimento. Finalmente, o *Concepto Confederal del Comunismo Libertário*, saído da pena do médico anarquista Isaac Puente e adoptado pelo congresso extraordinário da CNT realizado em Saragoça em Maio de 1936, tem muito poucas semelhanças com um programa de acção política revolucionária, constituindo uma declaração doutrinária sobre como entender uma relação harmoniosa entre o produtor individual, a comunidade territorial local em que este se inseria e o seu processo federativo (por delegação de poderes) até se chegar ao cume de uma «*Confederación Ibérica de Comunas Autónomas Libertárias*». Em termos de influências doutrinárias, na “Carta sindicalista” portuguesa sentia-se o pendor bakuniniano (além do “espírito de Amiens”); aqui, as preferências de Kropótkine. Mas, de iberismo, no sentido de prever uma relação com o Estado português, *disse nada*. E a mesma ausência se observa na pausada reflexão que o anarquista espanhol Felipe Aláiz fez no seu exílio francês quando, a partir de 1945, publicou os vinte textos constitutivos da interessante obra de referenciação histórica identitária que leva por título *Hacia una Federación de Autonomías Ibéricas*. Apesar de tudo, este autor ainda dedica um capítulo específico para considerar as particularidades dos nacionalismos basco e catalão. Mas, na generalidade dos textos que se podem encontrar na imprensa ou na propaganda e que mais detalham o funcionamento do que seria a “sociedade emancipada” – veja-se o exemplo de um homem da última geração que viveu a guerra civil, Ramón Liarte, em *La CNY y los Pueblos de España*, escrito na década de 60 –, o mais que podemos encontrar são referências exemplificativas das estruturas de coordenação dos produtores (e mais raramente dos consumidores) e uma sua integração política ao nível local (necessariamente extenso, em paisagem agrícola), a que geralmente chamam

“federação” (ou “município” ou “comuna” em outras tradições terminológicas); um processo federativo (sobretudo económico) agregando estas estruturas de base a um nível “regional” (que corresponderia aproximadamente às “*nacionalidades*” hoje reconhecidas na Constituição do Estado Espanhol); e, idêntico processo, até ao nível mais elevado (dito “ibérico”, mas sempre sem qualquer referência a Portugal), num modelo de delegação de poderes “para o alto” marcado pelo princípio que hoje diríamos de *subsidiariedade*, ou seja: restringido ao mais indispensável.

No caso português, o referido patamar intermédio de “regionalização” – entre o municipal e o nacional – é geralmente pouco afirmado e muitas vezes omitido, com uma exceção: as expressões escritas dos libertários madeirenses e açorianos estiveram quase sempre entre as mais vivas reclamações de *autonomismo* administrativo para as suas respectivas regiões insulares.

Concluindo este primeiro ponto: não é essencialmente nas ideias divulgadas e nos programas políticos que podemos encontrar uma posição sobre a “questão ibérica” por parte dos movimentos de influência anarquista. Teremos de a procurar de outro modo.

O nosso segundo tópico intitula-se assim:

2. Práticas sociais dos anarquistas: iberismo ou internacionalismo de proximidade?

Fazemos aqui rápida menção de mais intensas e especiais relações entre anarquistas espanhóis e portugueses, institucionais e pessoais, ditadas pelas circunstâncias socioeconómicas e políticas de cada época e pela forma como tais agitadores eram aceites nos seus países, sendo a contiguidade fronteiriça determinante no desenvolvimento dessas relações.

Registamos então quatro acontecimentos, o primeiro dos quais se refere a uma procura de regulação do mercado-de-trabalho transfronteiriço na região da Galiza-norte de Portugal que levou à realização de três *Congresos Obreros Galáico-Portugueses*: o primeiro, em Vigo nos dias 17 a 19 de Janeiro de 1901, numa organização da *Sección de Oficios Varios* daquela cidade, onde ficou formalmente criada uma *Unión Galaico-Portuguesa* em que se empenhou o militante Constante Nogueira, mas que parece não ter perdurado; em todo o caso, um segundo congresso teve lugar em Viana do Castelo em 1902 com delegação galega a ser liderada pelo mesmo homem; e de 20 a 26 de Abril de 1903 celebrou-se em Braga o terceiro destes conclave com Enrique Jiménez a chefiar a representação dos operários de Santiago de Compostela (Buenacasa, 1966: 192).

Um outro fenómeno que merece referência é o refúgio e posterior vivência em Portugal, por tempos mais ou menos prolongados, de anarquistas espanhóis fugidos à repressão política no seu país. Entre os que deixaram memória mais lembrada entre o militantismo luso figuram os nomes de José Amoedo (cinzelador, que se fixou no Porto ainda antes da viragem do século), Miguel Córdoba (ex-funcionário municipal, depois sapateiro em Lisboa, pela força das necessidades, e que chegou a estar preso por suspeita de envolvimento no regicídio de 1908), Saturnino Grant (alfaiate, residente em Coimbra), José Sanchez Fernández (criado de mesa do ministro da Rússia czarista em Lisboa), Manuel Pérez (marceneiro, que nesta capital integrou nos anos 20 o importante grupo anarquista ‘O Semeador’ e que voltaremos a referir adiante), Vicente Callero, Manoel Fontanilla ou José Romero, estes últimos durante o período da ditadura do general Primo de Rivera (1923-29). Nesta linha, também se poderia lembrar algumas campanhas de solidariedade que tiveram farta repercussão em Portugal como aconteceu pelas “vítimas de Alcalá del Vale” (presos desde 1903), de repúdio pelo fuzilamento de Francisc Ferrer y Guardia (1909, na sequência da “semana sangrenta” de Barcelona) e em favor de Mateu e Nicolau, executores do presidente do conselho de ministros D. Eduardo Dato (em 1921).

Inversamente, houve vários destacados militantes anarquistas portugueses que fugiram para Espanha para evitar a prisão em terras lusitanas: os casos mais conhecidos terão sido os do mecânico naval portuense Manuel Gomes de Matos (instalado em Gijón desde o início dos anos 30 e que chegou a estar condenado à morte em 1938), Adriano Pimenta (corticeiro do Barreiro e estabelecido por conta própria em Sevilha), José Rodrigues Reboredo (pasteleiro portuense, exilado na Galiza e em outras paragens), Germinal de Sousa (tipógrafo, que referiremos mais à frente), Jaime Rebelo (marítimo, de Setúbal, refugiado na Catalunha), Manuel António Boto (ferroviário do Barreiro, que veio a integrar o Serviço de Informações Militares durante a guerra civil) e Manuel Firmo (ex-aprendiz de corticeiro, depois ferroviário no Barreiro, homiziado em Barcelona) – todos saídos já sob a ditadura militar em Portugal e residentes por longo tempo no país vizinho, aí participando nas actividades do movimento acrata e aí constituindo família e creio que deixando descendência. Se a expatriação voluntária de libertários ocorria mais frequentemente para Paris (casos de Leal da Câmara, Vasco da Fonseca, Jaime Brasil ou José Agostinho das Neves) – uma vez que esta cidade era ainda capital do mundo cultural e herdeira de todas as tradições revolucionárias –, e nalguns casos especiais para o Brasil (Neno Vasco, Pinto Quartim, Adelino Tavares de Pinho, Jorge Campelo ou José Marques da Costa; mais tarde Roberto das Neves e Edgar Rodrigues), não há dúvida de que muitos mais foram os que se exilaram em Espanha, não apenas por ser o mais perto e mais barato, mas também pela proximidade linguística e pela similaridade dos dois movimentos anarco-sindicalistas.

O último caso exemplar de entreajuda fraternal transfronteiriça ocorreu em 1906 no Porto, quando a impossibilidade de o fazer em Espanha levou os

camaradas dali a assumirem a edição e impressão da brochura *Huelga de Vientres* (da autoria de Luis Bulffi, responsável da revista *Salud y Fuerza*, de Barcelona), em vários milhares de exemplares, que depois foram expedidos para o país vizinho, aproveitando os editores a oportunidade para realizar também uma edição portuguesa (em tradução de Ângelo Jorge), que constituiu um primeiro acto público de largo alcance propagandístico do movimento “neo-malthusiano” de controlo dos nascimentos e em favor de uma natalidade desejada, consciente e com capacidades educativas (Freire & Lousada, 2012).

Como se percebe, não se trata tanto de práticas de “iberismo” mas antes de recursos de proximidade, na assunção de um espírito internacionalista muito arreigado, em que bastava um estrangeiro apresentar-se com credencial ou *carnet* sindical adequado para, desde logo, ser recebido nas sedes sindicais ou nos ateneus libertários de braços abertos e beneficiar de toda a ajuda que lhe pudesse ser dispensada. Atitude que também subjaz nas rituais saudações de abertura dos congressos anarquistas quando se saúdam “todos os presos e perseguidos por questões sociais, e os que em qualquer parte do mundo lutam pela liberdade”.

Diferente, é um pouco o que tratamos no nosso último plano de análise:

3. Esboços de entendimento político iberista

Neste terceiro ponto, faremos como que uma sintética crónica da sucessão de tentativas de entendimento político (ou sua obstaculização, porém sempre não-intencional) entre as organizações libertárias de Espanha e Portugal, com vista à superação desta divisão estatal.

Lembremos, antes de mais, as preocupações terminológicas das secções nacionais da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, em especial as mais próximas da linha política de Bákunine (que eram as da Suíça francesa, de Itália, Espanha e Portugal), em tomarem designações que minorassem o realce da referência ao Estado político ou mesmo à entidade cultural nacional com a qual o anterior tendia a confundir-se. Por isso, no quadro organizativo daquela organização internacional se designaram por *Federación Regional Española* (1870) e por Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (1873) aquelas suas estruturas representativas nestes dois países.

Idênticos embustes terminológicos rodearam a denominação da CNT na ocasião da sua fundação, em 1910, no congresso dito “das Belas Artes”, pelo local de Barcelona em que se celebrou. Com efeito, por influência francesa, o nome da nova confederação operária que resultava da estrutura agregativa da

Solidariedad Obrera, até então essencialmente catalã mas que queria passar a integrar todo o proletariado revolucionário de Espanha, deveria normalmente ser o de *Confederación General del Trabajo* e tal foi discutido no congresso. Porém, acabou por ser votado o termo *Nacional*, porventura apenas para dar mais ênfase ao alargamento do seu âmbito geográfico e para se demarcar da já existente *Unión General de Trabajadores*: uma solução prosaica em contraste com a sensibilidade a-nacionalista da generalidade dos militantes anarquistas.

O mesmo não aconteceu em Portugal onde a central operária tomou mesmo a designação de Confederação Geral do Trabalho, porém com um método de construção organizativa mais alongado, construído de baixo para cima e beneficiando das condições políticas do novo regime republicano, que passou pela fundação de maior número de associações de classe (só entre o proletariado agrícola do Sul foram perto de 200), uniões locais de sindicatos e federações nacionais de indústria, só se constituindo a CGT em 1919, no congresso de Coimbra, que também adoptou o princípio organizativo dos sindicatos únicos de indústria que o congresso regional de Sans da CNT no ano anterior tinha consagrado, em vez dos sindicatos de ofício.

Entretanto, em plena guerra europeia, que tanto dividiu as organizações de trabalhadores, incluindo as anarquistas, realizara-se em Ferrol na Páscoa de 1915 uma Conferência Internacional para a Paz. Nesta ocasião, apesar da interrupção da reunião e detenção policial da numerosa delegação portuguesa – que incluía militantes como Manuel Joaquim de Sousa, Serafim Cardoso Lucena, António Alves Pereira ou o jovem Aurélio Quintanilha –, parece que terão sido efectuadas as primeiras conversações sobre uma desejável cooperação permanente entre as duas centrais sindicais de orientação revolucionária.

Em Dezembro de 1919 realiza-se em Madrid no Teatro de la Comedia o III Congresso da CNT, marcado pela radicalização das lutas na Catalunha e das deliberações tomadas, com a recusa da criação de federações de indústria (suspeitas de burocracia e de poderem decidir longe dos simples associados) e o desafio lançado a todo o proletariado (incluindo o organizado na rival UGT) para no prazo de três meses ingressar na CNT, sob pena de serem declarados “amarelos”. Neste congresso esteve presente Manuel Joaquim de Sousa, agora secretário-geral da CGT. Eis as palavras com que um protagonista de topo do sindicalismo espanhol deste tempo relata a sua intervenção: «Al final de la sesión hizo uso de la palabra el delegado de Portugal, camarada Sousa, para saludar a los trabajadores españoles en nombre del organismo que representaba. Ensalzó la obra de conjunto realizada por el Congreso y expuso la conveniência de fusionar en una sola Confederación las dos grandes organizaciones obreras de tendencia anarquista existentes en la Península Ibérica. Boal [outro destacado anarquista da época] le contestó ofreciendo laborar por que el pensamiento expressado por el representante de los obreros portugueses sea pronta realidade» (Buenacasa, 1966: 91).

Desde esta altura e até 1922, a questão da adesão destas centrais operárias da Ibéria a uma das novas Internacionais então criadas tornou-se num pomo de discórdia e de realinhamentos entre as forças socialistas e operárias em vários países europeus. Embora enfraquecidas por estas divisões decorrentes da avaliação que uns e outros faziam da Revolução Russa, e também pelas ameaças autoritárias que se perfilavam no horizonte e que em Espanha se concretizaram desde 13 de Setembro de 1923 com o golpe-de-Estado de Primo de Rivera, as duas centrais CNT e CGT mantiveram as suas posições ideológicas e políticas, passando a constituir-se como partes de uma nova AIT, formada sobre as posições de uma plataforma mínima sindicalista-revolucionária. Contudo, se este processo terá naturalmente provocado um atraso nos propósitos de integração ibérica aplaudidos no Congresso de Madrid, ele não os enterrou definitivamente.

Com efeito, provavelmente sob o pertinaz impulso de Manuel Joaquim de Sousa, o assunto foi levado à discussão na conferência de fundação da União Anarquista Portuguesa (UAP) em Alenquer, em Março de 1923, pronunciando-se esta por uma «aproximação mais íntima nas relações recíprocas entre os anarquistas de Espanha e de Portugal» (Freire, 1988, II: 86). Muito rapidamente, no mês de Julho seguinte, realiza-se em Évora um encontro reservado, com agenda estritamente política e organizativa, entre uma delegação portuguesa constituída pelo secretário-geral da CGT Santos Arranha e pelo ex-secretário Manuel Joaquim de Sousa (que agora integrava o comité da UAP) e uma delegação espanhola composta pelo cenetista Sebastian Clarà e outro, com a presença de Manuel Pérez, o já referido anarquista espanhol residente em Lisboa (e membro do grupo 'O Semeador', tal como Sousa) que deve ter actuado como mediano e facilitador. Meio ano depois, no mês de Dezembro, tem lugar em Sevilha um segundo encontro, onde se deslocam o mesmo Manuel Joaquim de Sousa e Silva Campos, que entretanto havia ocupado o lugar de Arranha à frente da CGT. Porém, o encontro corre mal: talvez porque suspeitasse de um entendimento insurreccional em escala peninsular para deitar abaixo o governo de Rivera, a polícia intercepta a reunião e mantém presos os negociadores portugueses até ao mês de Março seguinte, liquidando qualquer consequência organizativa comum durante os tempos mais próximos, pelo menos no plano sindical: o projecto de constituição de uma Confederação Ibérica do Trabalho, por fusão da CNT e da CGT, não iria avante. Não obstante isto, as duas organizações continuaram a relacionar-se em termos protocolares, com uma delegação da CNT formada por Segundo Blanco e Avelino González Entrialgo a vir ao congresso de Santarém da CGT em 1925 e uma retribuição desta ao congresso da CNT de Madrid que teve lugar no Teatro do Conservatório em Julho de 1931, após a queda da Monarquia.

É então no plano da organização especificamente anarquista (que funcionava à base de grupos de afinidades locais e de comités federais de inter-relacionamento de âmbito geográfico mais alargado) que esta vontade de

integração peninsular irá conhecer alguma concretização. É na conferência regional realizada em Lisboa em Abril de 1924 onde fica constituída a Federação Regional do Centro da UAP que, na discussão da tese «Relações internacionais», emerge pela primeira vez o objectivo de vir a constituir-se uma Federação Anarquista Ibérica, ideia que é transmitida aos camaradas espanhóis (Freire, 1988, II: 164). Depois, em 1926, Manuel Joaquim de Sousa participa em Paris numa conferência internacional da AIT e daí recebe mandato (e certamente dinheiro para a despesa da viagem) para representar aquele organismo no congresso que a Federação de Grupos Anarquistas de Língua Espanhola em França realiza em Marselha a meados desse mesmo ano, onde as questões organizativas do militantismo anarquista foram o ponto central de discussão (Sousa, 1989). Debatia-se a “plataforma de Archinov” que se propunha alterar radicalmente o modo de funcionamento tradicional dos agrupamentos anarquistas, introduzindo-lhes maior coesão e compromisso colectivo, chegando até a falar-se em “anarco-bolchevismo”. Esta orientação foi rejeitada, mas ficou a ideia da importância de uma organização política dos anarquistas, autónoma em relação ao movimento sindical (Lorenzo, 1969; Gómez Casas, 1977).

Ora, nesta sequência, o 1º Congresso da UAP que tem lugar em Lisboa em Janeiro de 1927, ao mesmo tempo que se oferece para organizar o próximo congresso anarquista internacional «de onde saia a União Anarquista Universal», mandata o comité daquela organização para avançar na concretização da Federação Anarquista ibérica, com os espanhóis (Freire, 1988, II: 90). Mais uma vez, Manuel Joaquim de Sousa está presente, acolhendo o delegado espanhol J. R. Magriñá e sendo provavelmente o principal mentor deste projecto (Sousa, 1989).

Apesar das condições de clandestinidade a que estavam sujeitos mas contando com o apoio próximo de um encontro regional dos grupos catalães e do comité da *Federación Nacional de Grupos Anarquistas*, a conferência de fundação da Federação Anarquista Ibérica acaba mesmo por ter lugar em Julho de 1927 em Valência com a presença do delegado da UAP Francisco Quintal, o qual teve dificuldade em se justificar perante os seus companheiros por a UAP não poder aceitar o encargo de acolher o primeiro Comité Peninsular da FAI que a conferência lhe queria atribuir, devido ao facto da ditadura militar em Portugal ser provavelmente mais dura no uso de meios repressivos contra os anarquistas do que a do regime imposto por Primo de Rivera, que soubera puxar os socialistas e a UGT para o seu lado (Gómez Casas, 1977).

A República chega a Espanha em Abril de 1931, no mesmo momento que em Portugal soçobra uma das mais importantes revoltas políticas e militares contra o governo da ditadura. Espanha torna-se um país, policial e judicialmente muito mais aberto, encorajando os exilados portugueses a aí se organizarem e prepararem novos combates, em ligação com as redes clandestinas subsistentes

no país (e que iriam ficar muito mais débeis a partir do 18 de Janeiro de 1934). Mas, enquanto residentes em solo espanhol e fazendo jus ao seu internacionalismo, os anarco-sindicalistas lusos participam nos movimentos organizativos, propagandísticos, de protesto ou reivindicação que aí têm lugar (mantendo embora alguma discricção). Porém, ter-se-ão conservado alheios aos intentos insurreccionais que explodem em diversos pontos de Espanha em Janeiro e Fevereiro de 32, Janeiro e Dezembro de 33, bem como nas Astúrias em Outubro de 34. Em todo o caso, daquele envolvimento resultou uma integração como nunca antes tinha acontecido entre as organizações de ambos os lados, no respeito pela autonomia de cada uma.

Assim, observe-se que a Aliança Libertária Portuguesa, criada em novas bases em 1931, procurando um funcionamento mais adequado às condições políticas vigentes, adapta-se ao figurino tradicional logo no ano seguinte, ao tornar-se na Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP), integrada na FAI, em cujo Comité Peninsular vai em breve ocupar um lugar o português Germinal de Sousa (que era filho de Manuel Joaquim de Sousa). Por outro lado, no campo juvenil, que havia visto a importante Federação das Juventudes Sindicalistas ser desbaratada em 1927, nasce agora (igualmente em 1932) uma nova organização de grupos de jovens anarquistas que toma a designação de “Juventudes Libertárias-Região Portuguesa”, regularmente integrada na recém-nascida *Federación Ibérica de Juventudes Libertarias* (FIJL), e assim se manterá pelo menos até 1946, constituindo provavelmente o agrupamento mais aguerrido, inconformista e ideologicamente ortodoxo dentro do panorama recessivo do libertarismo português das décadas de 30 e 40. Finalmente, a presença de diversos grupos anarquistas portugueses em Espanha (e outros destinos de exílio) levou à criação da FAPE (Federação de Anarquistas Portugueses Exilados), com o seu comité relacionador e um porta-voz de imprensa (o jornal *Rebelião*) que, entre 1931 e 1938, participa activa e regularmente (isto é, com direito a voto) em todas as grandes reuniões orgânicas do movimento libertário espanhol, em representação da parte portuguesa.

Em 1936, à beira de estoirar a guerra civil, Emídio Santana segue de Lisboa com mandato da CGT para representar esta organização no congresso extraordinário da CNT que se realizou em Saragoça nos primeiros dias de Maio. Refere este autor em suas Memórias o seguinte: «Na altura da ordem dos trabalhos em que se tratava de todas as relações internacionais, Manuel Pérez [de novo, ele] fez a evocação da CGT portuguesa, das suas lutas e das condições em Portugal e propôs que o Comité Nacional da CNT empreendesse trabalhos para a formação de uma Confederação Ibérica do Trabalho, conjugando a acção de ambas as centrais sindicais e uma assembleia de todas as regionais. Esta proposta foi aclamada. Como Pérez tinha estado homiziado em Portugal e tinha participado activamente no nosso movimento sindical e anarquista, e eu estava ali clandestinamente, tomou ele a incumbência de apresentar as propostas da CGT. Alguns dias depois de regressar a Portugal, o jornal *O Século*, com o seu

nacionalismo moageiro e salazarista, atacava esta resolução do Congresso e da CGT como ‘uma traição à pátria’» (Santana, 1985: 248). Nenhuma das fontes documentais que conhecemos confirma este relato (CNT, 1955 e 1977; Peirats, 1971; Gómez Casas, 1973); fica-nos, pois, o testemunho pessoal de Emídio Santana. Provavelmente, a crer nas múltiplas referências feitas ao entusiasmo revolucionário que rodeou este conclave, o militantismo espanhol estava agora concentrado em outros objectivos mais imediatos. Mas, segundo afirma um historiador, «a delegação portuguesa neste congresso da CNT comprometeu-se a desencadear acções que dificultassem uma eventual revolta militar de direita em Espanha. E cumpriu a promessa, em 1937, com uma série de atentados, entre os quais um contra Salazar» (Oliveira, 198_: 270).

De facto, o golpe militar de 18 de Julho que deu início à guerra abriu um período inteiramente novo na história contemporânea de Espanha e da Europa. E ainda mais na trajetória do anarquismo militante. Nesta fase, os militantes portugueses exilados no país vizinhos participaram nos combates, como tantos outros vindos de fora para lutar contra o nazi-fascismo e a cruzada franco-falangista. Mas vale a pena destacar dois ou três aspectos mais significativos então ocorridos. Em primeiro lugar, com a mobilização dos mais importantes militantes espanhóis para o desempenho de cargos públicos e políticos nas frágeis estruturas da República sobrevivente, acontece ser o português Germinal de Sousa quem assume as funções de secretário-geral da FAI e, nessa condição de rectaguarda, terá participado na preparação, debate e aplicação de todas as decisões, dramáticas e cruciais, que o movimento foi chamado a assumir (controlo da produção, pastas ministeriais, frente anti-fascista, etc.). O seu desempenho não levantou reticências, salvo da parte daqueles que se opunham à “governamentalização”, experiência que dividiu profundamente o movimento internacional e contribuiu para o rápido silenciamento do seu ramo português que, por outro lado, via crescer o papel dos comunistas no combate ao regime de Salazar. Pode pois pensar-se que, mais do que português ou espanhol, Germinal terá sido um convicto anarquista ibérico.

No plano da acção estratégica de condução da guerra, com a fronteira poente ocupada militarmente por aliados de Franco e a “não-intervenção” do governo francês (apesar da sua composição de esquerda e das empatias que tinha com a causa republicana), compreende-se que os líderes anarquistas da CNT e da FAI tenham inicialmente procurado numa aliança com as forças independentistas de Marrocos e com a promessa da sua emancipação o apoio territorial vizinho de que careciam e que ao mesmo tempo reduziria a base militar do Exército de África franquista. O iberismo era assim trocado por uma estratégia política de descolonização. Parece que as negociações chegaram a perspectivas positivas mas que a sua concretização terá sido recusada pelo chefe do governo Largo Caballero em finais de Setembro, quando negociava com a URSS um alternativo apoio externo, mais prometededor em termos militares imediatos (Payne, 2006: 232).

Finalmente, a crer nas indicações de Edgar Rodrigues e nos contributos de investigação trazidos por César Oliveira, a FAPE, apoiada logisticamente pelos espanhóis, fez funcionar durante um certo período da guerra uma “Rádio Fantasma” que de Madrid emitia regularmente para Portugal. E é plausível que, no âmbito da “frente popular” que então reunia uma parte significativa dos anti-fascistas portugueses, alguns anarquistas devessem também participar nas operações planeadas pelo republicano Jaime de Morais em Espanha para execução do «Plano Lusitânia», que deveria levar o estado-maior republicano a desencadear uma ofensiva para forçar a frente de guerra na zona de Cáceres, fazendo por seu lado desembarcar na nossa costa um «Grupo Misto de Combate» da ordem dos 400 homens, retirados dos portugueses que já combatiam pela República (Rodrigues, 1977: 279; Oliveira, 1987: 276). Porém, parece ter-se tratado de um plano essencialmente militar, sem outra justificação ou projecto político que não fosse o derrube pela força do governo do Estado Novo.

Observações conclusivas

Terminarei com estas sintéticas notas, decorrentes do que foi dito.

- Os movimentos libertários a que aqui fazemos referência eram, essencialmente, de filosofia e cultura *organizativa* (mais as organizações sindicalistas do que as especificamente anarquistas) e praticavam internamente com bastante rigor a doutrina federalista de uma soberania assente nas bases, e delegada controladamente para os níveis superiores, onde órgãos restritos tomavam as decisões necessárias. Embora os termos horrorizassem a sensibilidade dos militantes, praticavam o princípio democrático do vencimento das posições maioritárias que se expressavam pelo voto em assembleias deliberativas ou em comités restritos, embora buscassem a possibilidade do consenso e, até certo ponto, respeitassem o direito do seu não-acatamento pelas minorias – o que sempre tornava o processo de tomada de decisões moroso e muitas vezes ineficaz.

- Os anarquistas portugueses, com um papel muito destacado de Manuel Joaquim de Sousa à cabeça, foram sempre declaradamente favoráveis a um processo de integração orgânica das suas organizações – tanto sindicais como anarquistas e juvenis – dos dois lados da fronteira, confiando nas virtuosas regras federalistas para manterem a sua própria autonomia e não serem esmagados pelo número ou o vigor dos seus vizinhos.

- A perspectiva de um funcionamento federal das instituições políticas de âmbito nacional, por contraposição ao unitarismo do Estado tradicional (mesmo com órgãos de governo providos por sufrágio popular), foi geralmente muito pouco cuidada pelo militantismo libertário. Confiando na criatividade das

massas e na abnegação dos prosélitos, eles descuraram grandemente a compreensão da evolução que vinha sofrendo o Estado-nação da Modernidade, nomeadamente nos planos administrativo, económico-financeiro, judicial e militar. Porém, colocados em indesejadas condições de exercício do poder (com uma frente de guerra e uma co-habitação necessária entre forças políticas rivais), os anarquistas espanhóis procuraram, em toda a medida do possível, aplicar as regras do funcionamento federal às instituições da República em que se integraram, por cópia do que já praticavam em termos caseiros.

- A visão de um espaço peninsular desembaraçado dos dois Estados que historicamente o preenchiam foi alimentada pelo imaginário ideológico dos anarquistas sob a forma de uma Federação Ibérica que aceitasse Portugal no seu seio, ao mesmo título que as nações basca e catalã e as restantes regiões de Espanha culturalmente mais consolidadas, numa base de igualdade entre todas elas. Mas isto não passou de uma representação ideal, sem qualquer tradução em planos de acção política concreta, talvez porque percebiam tratar-se um objectivo ainda longe de ser realizável.

- Entretanto, o que pode reconhecer-se é que, em boa medida, eles foram capazes de desenvolver laços de *solidariedade ibérica*, em ruptura com a tradicional hostilidade existente (e persistentemente alimentada) entre estes “povos vizinhos”. Se o iberismo político era longínquo, a fraternidade de ideais permitia ultrapassar alguns teimosos preconceitos.

Bibliografia e Fontes:

ALÁIZ, Felipe (1993), *Hacia una Federación de Autonomías Ibéricas*, Madrid, Madre Tierra (ed. orig. Bordeaux, 1945 e sg.).

BALCELLS, Alberto (1968), *El Sindicalismo en Barcelona (1916-1923)*, Barcelona, Nova Terra (ed. orig. 1965).

BUENACASA, Manuel (1966), *El Movimiento Obrero: Historia y Crítica*, Paris. Ed. da família e amigos do A. (ed. original em Barcelona, 1924).

[CNT] (1955), *El Congreso Confederal de Zaragoza*, sl [França], Ed. CNT

[CNT] (1977), *Congresos Anarcosindicalistas en España, 1870-1936*, Toulouse, Ed. CNT.

CRESPO, Aurélio (1998), *O Federalismo, um Modelo para a Europa?*, Lisboa, Cosmos.

FONSECA, Carlos da (1973), *A Origem da 1ª Internacional em Lisboa: o centenário da federação portuguesa*, Lisboa, Estampo.

FONSECA, Carlos da (1988), *Para uma Análise do Movimento Libertário e da sua História*, Lisboa, Antígona.

FREIRE, João (1983), “Município y Federación en Ibéria”, *El Vaixell Blanc*, Barcelona, Ateneu Enciclopèdic Popular, (21), p. 356-383.

FREIRE, João (1986), “Espanha 1936-39: a última revolução?”, *A Ideia*, Lisboa, (40-41), p. 9-59.

- FREIRE, João (1988), *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* (tese de doutoramento em sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa), Lisboa, ISCTE, 2 v.
- FREIRE, João (2009), “Proudhon o anarquismo e o movimento operário”, in Manuel Gama org., *Proudhon. No Bicentenário do seu Nascimento*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas/Universidade do Minho, p. 39-55.
- FREIRE, João & LOUSADA, Maria Alexandre orgs. (2012), *Greve de Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*, Lisboa, Colibri.
- GÓMEZ CASAS, Juan (1973), *Historia del Anarcosindicalismo Español*, Bilbao, Zero (ed. orig. 1968).
- GÓMEZ CASAS, Juan (1977), *Historia de la FAI*, Bilbao, Zero (2ª ed.).
- LIARTE, Ramón (sd), *La CNT y los Pueblos de España*, Toulouse, Ed. Espoir.
- LIMA, [João Evangelista de] Campos (1914), *O Estado e a Evolução do Direito*, Lisboa, Bertrand.
- LIMA, [João Evangelista de] Campos (1925), *A Revolução em Portugal*, Lisboa, Spartacus.
- LORENZO, Anselmo (1946-47), *El Proletariado Militante*, Toulouse, Ed. MLE-CNT, 2 v.
- LORENZO, César M. (1969), *Les Anarchistes Espagnols et le Pouvoir (1868-1969)*, Paris, Seuil.
- MÓNICA, Maria Filomena (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, IN/CM e IED.
- OLIVEIRA, César (198_), *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- OLIVEIRA, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, ed. O Jornal.
- PEIRATS, José (1971), *La CNT en la Revolución Española*, Paris, Ruedo Ibérico, 3 v.
- PEYNE, Stanley G. (2006), *A Guerra Civil de Espanha, a União Soviética e o Comunismo*, Lisboa, Ulisseia (ed. orig. ingl. 2004).
- PROUDHON, Pierre-Joseph (1996), *Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução* (tradução do original francês de 1863, notas críticas, estudo introdutório, cronologia e bibliografia de Francisco Trindade), Lisboa, Colibri (depois de uma primeira edição em 1874, traduzida por A. J. Nunes Jr., da responsabilidade da Nova Livraria Internacional, sita na Rua do Arsenal 96 em Lisboa, e integrada na coleção Biblioteca Democrática)
- RATES, Carlos (1920), *A Ditadura do Proletariado*, Lisboa, Ed. A Batalha.
- RODRIGUES, Edgar (1977), *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- RODRIGUES, Edgar (1981), *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura: Portugal, 1922-1939*, Lisboa, Sementeira.
- SANTANA, Emídio (1985), *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- SOUSA, Manuel Joaquim de (1972), *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento (ed. orig. 1931).
- SOUSA, Manuel Joaquim de (1989), *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante (1915-1938, obra póstuma)*, Lisboa, Antígona
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1998), *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*, Lisboa, Cosmos.